

COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER À
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 968, DE 2020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 968, DE 2020

Autoriza a prorrogação de contratos por
tempo determinado no âmbito do Ministério
da Justiça e Segurança Pública.



EMENDA Nº

Acrescente-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 968, de 2020,
o seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único:

“Art. 1º 1º

.....
§ 2º O Sistema Único de Segurança Pública (Susp), instituído
pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, deverá ser
efetivamente implantado após o prazo de prorrogação de que
trata o **caput**.”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, instituiu o Sistema
Único de Segurança Pública (Susp), com a finalidade de preservação da ordem
pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação
conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública
e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios,
em articulação com a sociedade.

Ocorre que, de acordo com a Exposição de Motivos – EMI nº
43/2020/MJSP/ME, de 15 de maio de 2020, que acompanha esta Medida
Provisória, a implantação do Susp ainda não foi concluída.

O Susp cria uma arquitetura uniforme para a segurança pública em âmbito nacional, a partir de ações de compartilhamento de dados, operações integradas e colaborações nas estruturas de segurança pública federal, estadual e municipal. A segurança pública continua atribuição de estados e municípios. A União fica responsável pela criação de diretrizes que serão compartilhadas em todo o país.

O Susp tem como órgão central o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e é integrado pelas polícias federal, rodoviária federal; civis, militares, força nacional de segurança pública e corpos de bombeiros militares. Além desses, também fazem parte do Susp: agentes penitenciários, guardas municipais e demais integrantes estratégicos e operacionais do segmento da segurança pública¹.

Ante o exposto, em razão das atribuições desempenhadas por este importante órgão, faz-se necessária a sua efetiva implantação.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Deputada BIA CAVASSA
PSDB/MS - Autora

Deputada EDNA HENRIQUE
PSDB/PB - Coautora

2020-5392

¹ <https://legado.justica.gov.br/seus-direitos/elaboracao-legislativa/projetos/susp>

